

Uma nota para o Brasil

Sindá fct

por Paulo Sotero
de Washington

A volta do Brasil ao mercado no euromercado, ganhado, que tanto as autoridades econômicas do governo quanto os executivos dos grandes bancos credores do País consideravam, até recentemente, o objetivo final da próxima rodada de negociações da dívida externa, parece uma hipótese cada vez mais distante.

As dificuldades de acesso ao mercado vêm aumentado relativamente curto, o tanto com as notícias sobre a retomada da espiral inflacionária e o enfraquecimento das contas externas do País.

Mesmo antes de as más notícias do fim do ano materializarem-se, o sentimento do mercado financeiro já havia sido capturado pela classificação "BA1" que o Moody's Investment Service, de Nova York, uma das mais conceituadas empresas do ramo em todo o mundo, con-

feriu, em meados de novembro passado, a doze emissões de bônus brasileiros garantidos pelo governo.

Mesmo reconhecendo que o Brasil tem, em termos puramente econômicos, condições para reverte a tendência de erosão do saldo comercial, que garante o serviço da dívida externa, desde 1984, e, portanto, de

melhorar a posição das contas externas num tempo relativamente curto, o Moody's assinalou que o elemento crítico na avaliação do crédito brasileiro é, no médio prazo, o quadro político.

O presidente José Sarney é um político astuto, mas que chegou ao poder sem legitimidade. Ele está perseguindo políticas expansionistas que não são sustentáveis e contêm altos riscos políticos", afirmava o "Relatório de Crédito" que o Moody's publicou no dia 21 de novembro, explican-

do a classificação dos bônus brasileiros no euromercado. A advertência foi confirmada naquele mesmo dia através da decretação, por Sarney, de um conjunto de duras medidas de contenção da demanda, o mal recebido Cruzado II.

Em consequência (da vulnerabilidade política de Sarney), os problemas das contas externas podem agravar-se se as condições externas se tornarem menos favoráveis. Internamente, essas políticas podem desencorajar o investimento, que permaneceu bastante baixo desde o início da crise da dívida, em 1982", leva no relatório do Moody's, preparado por uma equipe comandada por Guillermo Estebáñez, um economista espanhol de 34 anos, formado pela Universidade da Califórnia e com uma passagem pelo banco Wells Fargo.

A conclusão do Moody's é de que "todos esses elementos tornam difícil a volta do Brasil ao mercado voluntário de capitais no futuro próximo. Contudo, acordos com os credores estão razoavelmente assegurados e, consequentemente, os bônus devem continuar a ser pagos em dia".

As emissões de bônus avaliadas pelo Moody's estão denominadas em ienes, marcos, francos suíços e dólares. Elas vencem entre este ano e 1990 e oferecem taxas de remuneração que variam entre 5 e 8,25% ao ano. Com valor total de US\$ 1,278 bilhão, elas representam 67% do US\$ 1,9 bilhão em bônus que o Estado brasileiro tem colocados no exterior.

A classificação dada pelo Moody's aos bônus brasileiros reflete de certa forma a difícil posição de "o mais rico entre os pobres" que o País hoje ocupa. O "ra-

ting" BA1 é o melhor da metade pior, disse Estebáñez a este jornal.

O fato de o Moody's ter anunciado, junto com a classificação do risco soberano brasileiro, um "rating" BA3 para a Argentina pode ter dado, pelo efeito da comparação, a impressão de que o Brasil foi tratado favoravelmente. E o concentrado de más notícias que o País ofereceu nas frentes da inflação e das contas externas, em dezembro, certamente reforçou esta impressão.

(Continua na página 18)

O programa de ajustamento da economia que a Argentina negocia com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — que permitirá a liberação do crédito "stand-by" de US\$ 1,8 bilhão — contempla a possibilidade de reavaliação de metas, caso o crescimento econômico do país fique abaixo de uma taxa anual de 4%.

(Ver página 2)